



**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**PODER EXECUTIVO**

Mensagem n.º 027/2022

Telêmaco Borba, 23 de maio de 2022.


Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores.

O Poder Executivo do Município vem através do presente, passar às mãos de Vossas Senhorias Anteprojeto de Lei que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 2404 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 E DÁ OUTAS PROVIDÊNCIAS".

As necessidades das alterações foram identificadas no decorrer das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente - CMDCA, conforme justificativas enviadas por meio do Memorando nº 02/2022 - CMDCA, qual apresenta a resolução nº 07/2022, de 01 de abril de 2022, os quais seguem em anexo.

Nestes termos, roga-se aos Nobres Edis a usual compreensão e apoioamento à presente proposta.

Antecipando agradecimentos pela atenção e indispensável anuência, aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência e demais Nobres Edis nossos protestos de elevada estima e consideração.

  
Marcio Artur de Matos  
**Prefeito**

Ilustríssimo Senhor:

**Hamilton Aparecido Machado**  
**Presidente da Câmara de Vereadores**

Al. Oscar Hey, nº 99, Centro, Telêmaco Borba - Pr



# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA ESTADO DO PARANÁ

## PODER EXECUTIVO

### ANTEPROJETO DE LEI

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 2404 DE 17 DE  
NOVEMBRO DE 2021 E DÁ OUTAS PROVIDÊNCIAS

**Art. 1º** Ficam alterados os artigos 28, 29 e 30 da Lei Ordinária nº 2.404 de 17 de novembro de 2021, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"[..]

*Art. 28 – Na forma do disposto no art. 90, parágrafo único e art. 91 da Lei Nº. 8.069/1990 cabe ao CMDCA efetuar o registro:*

*I - Das entidades não governamentais e governamentais que atuam e prestem atendimento às crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, no município de Telêmaco Borba, ou que apresentem documentação do local onde prestam atendimento, independentemente que pleiteiem recursos. Executando os programas a que se refere o art. 90, caput e correspondentes às medidas previstas nos art. 101, 112 e 129, da Lei Nº. 8.069/1990;*

*II - Dos referidos programas de atendimento às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução ou que se pretende executar, por entidades governamentais ou não governamentais.*

*Parágrafo Único: O CMDCA deverá também, no máximo a cada 2 (dois) anos, realizar o recadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de atendimento vigente;*

*Art. 29 – O CMDCA indica através desta lei a relação de documentos a ser fornecida pela entidade governamental ou não governamental com fins de registro ou recadastramento, do qual deverá os seguintes documentos:*

- I. Comprovante de endereço;*
- II. CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) da entidade;*
- III. Alvará de Funcionamento do Município local;*
- IV. Estatutos comprobatórios da regular constituição como pessoa jurídica da entidade;*
- V. Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria da entidade;*
- VI. Em relação aos dirigentes da entidade:*
  - a. Relação nominal com os devidos cargos na diretoria;*
  - b. Comprovante de endereço;*
  - c. Cópia do RG e CPF;*
  - d. Declaração de Idoneidade dos dirigentes;*
  - e. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais ou Civil;*
- VII. Em relação aos colaboradores da entidade:*
  - a. Relação nominal com as devidas funções dos colaboradores;*
  - b. Comprovante de endereço;*
  - c. Cópia do RG e CPF;*
  - d. Declaração de Idoneidade dos colaboradores;*
  - e. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais ou Cíveis;*





# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

- f. *Comprovante de Escolaridade e/ou Habilitação Profissional;*
- VIII. *Relação da estrutura física e material da entidade, tipo de espaço físico; descrição do espaço; capacidade, entre outros;*
- IX. *Licença Sanitária, expedida pela Vigilância Sanitária local, relativos às condições de higiene, salubridade e habitabilidade;*
- X. *Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros (CLCB), relativos às condições de segurança, higiene, salubridade, periculosidade e habitabilidade;*
- XI. *Descrição detalhada da proposta de atendimento da entidade dos programas que se pretende executar, com sua fundamentação teórica, metodologia e operacionalização, forma de articulação com outros programas, serviços, parceiros, já em execução;*
- XII. *Relatório de Atividades desenvolvidas no período anterior ao registro ou recadastramento, com a respectiva documentação comprobatória;*
- XIII. *Prestação de contas de recursos recebidos nos 2 (dois) anos anteriores ou desde o último recadastramento, com a indicação da fonte de receita e forma de despesa, se essa ocorreu.*
- XIV. *Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal;*
- XV. *Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;*
- XVI. *Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e INSS;*
- XVII. *Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;*
- XVIII. *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.*

*Parágrafo único: As alíneas "n", "o", "p", "q" e "r" do caput, são de apresentação opcional, não sendo impeditivo para concessão de registro ou recadastramento, todavia poderá ser empecilho para pleitear recursos do CMDCA.*

*Art. 30 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA terá prazo inicial de até 60 (sessenta) dias para deliberar sobre os pedidos de registro e recadastramento de entidades governamentais ou não governamentais e/ou de programas, contados a partir da data do respectivo protocolo.*

*§ 1º - Para realização das diligências necessárias à análise de pedido de registro e/ou posterior renovação, o CMDCA designará a Comissão Interna de Análise de Inscrição, Registros e Programas, que após análise emitirá:*

- I. *Parecer favorável ou desfavorável ao pedido;*
- II. *Resolução quando da aprovação do pedido;*
- III. *Assim como também pode requisitar auxílio de servidores municipais com atuação nos setores da Educação, Saúde e Assistência Social.*

*§ 2º - Após o período de análise de no máximo 60 (sessenta) dias, a comissão comunicará a entidade interessada, se houve parecer favorável ou desfavorável;*

- I. *Se a análise for favorável, a documentação da entidade será enviada para emissão e publicação de Resolução;*
- II. *Se a análise for desfavorável, a entidade será comunicada oficialmente e terá prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação da documentação pendente;*

*§ 3º - Após a devolutiva da entidade, a comissão terá 15 (quinze) dias para reavaliação e emissão de parecer favorável ou desfavorável;*



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

§ 4º - Se durante a reavaliação da comissão, for verificada que ainda há pendências de documentação, será realizada nova comunicação oficial à entidade, fornecendo o prazo final de 10 (dez) dias para apresentação da documentação correta.

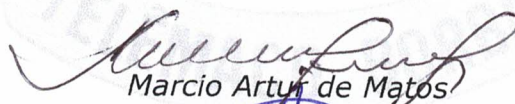
§ 5º - Após apresentação da documentação a comissão emitirá o parecer final favorável ou desfavorável. No caso de decisão desfavorável o CMDCA cancelará o pedido original, e a entidade deverá iniciar o processo novamente, dando início a um novo processo, contados os prazos citados nos parágrafos acima, observando a tabela a seguir:

STATUS	PRAZO	OBSERVAÇÕES
<i>Apresentação de documentação da Entidade e ou de Programa governamental ou não governamental</i>		<i>Prazo iniciado a partir do protocolo da documentação</i>
<i>Avaliação da Comissão</i>	<i>60 dias</i>	<i>Avaliação da Comissão</i>
<i>Parecer Favorável</i>	<i>Imediato</i>	<i>Emissão do Parecer Final</i>
<i>Parecer Desfavorável</i>	<i>30 dias</i>	<i>Apresentação da documentação pendente</i>
<i>Reavaliação da Comissão</i>	<i>15 dias</i>	<i>Reavaliação da Comissão</i>
<i>Parecer Favorável</i>	<i>Imediato</i>	<i>Emissão do Parecer Final</i>
<i>Parecer Desfavorável</i>	<i>10 dias</i>	<i>Apresentação da documentação pendente</i>
<i>Parecer Final</i>	<i>Imediato</i>	<i>Cancelamento (desfavorável) ou Emissão do Parecer Final (favorável).</i>
<i>Resolução</i>	<i>Imediato</i>	<i>Emissão da Resolução do CMDCA</i>
<i>Atestado de Registro da Entidade no CMDCA</i>	<i>Imediato</i>	<i>Prazo de 2 (dois) anos</i>

[..]"

**Art. 2º** Esta lei entra em vigência após sua publicação, revogando às disposições em contrário e ratificando os demais termos da Lei Ordinária nº 2.404 de 17 de novembro de 2021, que não foram alterados por esta lei.

**PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, EM TELEMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ,** 23 de maio de 2022.

  
Marcio Artur de Matos  
**Prefeito**

  
Luís Fabiano de Matos  
**Procurador Geral do Município**